

Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 322699

Classificação  
0570302

Data  
9/7 24



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por determinação do Sr. Secretário da Mesa

09.07.27

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_ª )

PERGUNTA Número 3964 / x ( 4ª )

Expeça-se
Publique-se
<u>27 107 12009</u>
Q. Secretário da Mesa <u>Recorreio</u>

Assunto: **Financiamento dos novos "ferry-boats" da Transtejo**

Destinatário: **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

É do conhecimento público que foram adquiridos dois navios "ferry-boat" pela Transtejo, com vista à substituição dos antigos ferries que se encontram ao serviço, ambos com mais de 50 anos (sendo que praticamente apenas o Eborense está diariamente em funcionamento).

Esta aquisição passa pela realização de uma encomenda junto do Estaleiro Navalria, adquirido pela empresa Martifer, por sua vez pertencente ao Grupo Mota Engil.

Segundo as declarações proferidas pela Secretária de Estado na cerimónia de assinatura do contrato de aquisição, o investimento em causa ascende a cerca de 14 milhões de euros, assegurado na sua maioria por verbas provenientes do Orçamento do Estado/PIDDAC.

No entanto, segundo a informação a que tivemos acesso, o financiamento para a aquisição destes ferries estava inicialmente previsto não só no quadro do PIDDAC mas também com base em fundos comunitários, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e do QREN, numa verba que corresponderia, pelo menos numa primeira fase, a um total de € 3,95 milhões.

Caso se confirme esta informação, importa apurar qual foi a evolução do processo em causa e quais as razões que estiveram na base da alteração das fontes de financiamento – passando essa verba a ser suportada pela empresa e fundamentalmente pelo PIDDAC.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, o seguinte:

1. Confirma o Governo que estava prevista uma comparticipação do QREN para a aquisição dos novos Ferries pela Transtejo? Qual o valor concreto dessa verba?
2. Se esse financiamento de facto esteve apontado para esta operação, que razões levaram à retirada desse fundos comunitários?
3. Qual é neste momento o ponto de situação e a previsão actualizada quanto à entrada em funcionamento destes novos Ferries?

Assembleia da República, 24 de Julho de 2009.

Os Deputados:

Bruno Dias

Francisco Lopes